

Senado até empresta servidores

Cada governador pode levar cinco. Mesa quer esvaziar os gabinetes

ILARA VIOTTI
Da Editoria de Política

A comissão diretora do Senado Federal decidiu, no início de julho, normatizar a requisição de seus servidores por outros órgãos da administração pública e governos estaduais. Desde então, cada governador pode levar cinco funcionários do Senado para seu estado. Os organismos públicos também podem, mas devem se comprometer com o pagamento do salário do servidor pretendido. Na prática, a medida deverá ajudar a esvaziar os amplos corredores e minúsculos gabinetes do Senado, onde se acotovelam, diariamente, 5.464 funcionários.

E justamente nos gabinetes de senadores que se pode sentir, mais acentuadamente, o problema. Num espaço mínimo, chegam a trabalhar 18 servidores: todo senador tem direito a ter para seus serviços 1 chefe de gabinete, 1 subchefe de gabinete, 1 assistente técnico, 3 secretários de gabinete, 1 assessor técnico, 2 contínuos, 1 motorista, 1 mecanógrafo, 1 segurança e mais três servidores chamados prosaicamente de "disposições de gabinete" — servidores de outros órgãos que o senador pode requisitar.

Nem todos os senadores utilizam todas as suas disponibilidades. Se há uma vaga em algum gabinete, há uma verdadeira corrida entre os servidores à procura, especificamente, das "FG", ou funções gratificadas, que têm o condão de transformar um salário de Cz\$ 8 mil em um polpudo depósito mensal de Cz\$ 50 mil (salário final de um assistente legislativo, o 5º cargo na hierarquia de um gabinete). Comparando-se os rendimentos de um estatutário do Senado com um estatutário de um dos ministérios, pode-se entender por que existe uma verdadeira briga para conseguir uma vaga nos quadros do Legislativo Federal. No Executivo, não há condão nenhum para os barnabés comuns.

O primeiro-secretário do Senado, Jutahy Magalhães (PMDB-BA), explica, no entanto, que há uma grande preocupação em enxugar as despesas da Casa. Até o final do mês deverá estar pronto um estudo encaminhado aos diversos



setores do Senado, indicando onde poderão ocorrer cortes. No que diz respeito a pessoal, a primeira medida já foi tomada: desde janeiro, só podem ser contratados no Senado aqueles que se submeterem a um concurso público — o primeiro ato da atual mesa diretora. Um formulário estará sendo distribuído entre os funcionários até o final do mês — um meio de se identificar as acumulações de cargos e funções — o servidor deverá optar caso esteja acumulando mais de uma função.

Um alto funcionário do Senado admite, apesar disso, que "numa casa política é muito difícil não haver pressão para que determinado funcionário seja requisitado ou cedido a outros órgãos". Além disso, quando um ex-senador é eleito governador, como é o caso de Alberto Silva, que hoje governa o Piauí, quer levar os seus servidores mais fiéis: Ludgero José

dos Santos e Lourival Brasil estão de malas prontas para ir para Teresina. "Os senadores passam a ter confiança nos servidores e desejam continuar sendo assessorados por eles" — explica o senador Jutahy Magalhães. O nepotismo existe, é claro, mas não é possível, segundo o senador, impedir que alguém nomeie um parente se ele é de reconhecida capacidade técnica. "Estes critérios têm que ser balizados pelo bom senso, além da fria letra da lei".

De janeiro para cá, o Senado cedeu 28 funcionários a diversos órgãos. O presidente Sarney, por exemplo, requisitou ao Planalto a filha Roseana, e a secretária Vera Sabará, ambas estatutárias. Há funcionários do Senado na Câmara, nos governos estaduais e em grupos interparlamentares, que funcionam no próprio Congresso. Há também, no Senado, dezenas de funcionários oriundos de

ministérios, muitos ganhando as diárias e as gratificações por sessão legislativa realizada. No "enxugamento" que pretende realizar, a mesa diretora pretende normatizar estes ganhos.

Para se entrar no Senado, qualquer expediente vale. Atraídos pelos salários — que se não são astronômicos podem ser bastante razoáveis nestes tempos de recessão — muitos profissionais com formação superior aceitam funções mais humildes até que consigam "melhorar". São conhecidos os casos de um médico e de um engenheiro que estão contratados como contínuos. Os nomes são mantidos em segredo, mas a diretoria geral informa que os dois continuam trabalhando fora da atividade que o diploma de curso superior permitiria.

"O Senado já foi um bom empregador", revela uma funcionária que prefere não se identificar. "Hoje,

nem todos são tão bem pagos assim". De fato, os funcionários mais antigos conseguiram acumular ganhos que por lei não podem perder. O peso disto na folha de pagamentos é muito grande — o último pagamento que a Casa fez a seus funcionários representou um depósito no total de Cz\$ 200 milhões, segundo a primeira-secretaria. A mesa diretora não pretende baixar este número, mas vai se esforçar para que ele não continue crescendo no ritmo assustador de hoje.

Além dos gastos com pessoal, o Senado quer diminuir as despesas administrativas: em setembro espera pagar 10% menos de energia, água e luz (corte que representaria uma economia de pelo menos Cz\$ 1 milhão), quer também um outro corte substancial no excedente de papel gasto para imprimir os avulsos distribuídos aos constituintes e no papel gasto para produzir cópias xerox, cujo montante não é revelado. A mesa também vai aumentar a taxa de ocupação que os senadores pagam pelos apartamentos que ocupam nas áreas nobres de Brasília — atualmente ultra-simbólica quantia de Cz\$ 0,15.

A tentativa de enxugamento esboçada pela mesa pode até vingar, mas vai ter que superar obstáculos. Está arraigada em Brasília a ideia de que o Senado é uma grande e iluminada estação de trens da alegria. Uma outra funcionária, assistente de plenário (um cargo de nível médio), que recebe Cz\$ 35 mil mensais, ensina: "O melhor mês para tentar entrar por debaixo do pano aqui é janeiro" — Coincidentemente, a cada dois anos, em janeiro, muda a mesa diretora, e é nesta época que costumam acontecer as nomeações. Em janeiro próximo, no entanto, será difícil assistir a um outro trem da alegria: além da mesa não mudar, haverá o ato nº 1 — o que proíbe nomeações sem concurso, a impedir os apadrinhamentos.

O fato é que, mesmo com as novas normas, as esperanças dos que desejam ingressar no legislativo não se. "Você acha que o Senado vai fazer algum concurso? Isso é conversa mole pra boi dormir" — declara um outro — e alto — funcionário. Quem viver verá.